

3.1.14 Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos

Direção/Departamento
Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos

O Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos (SRIJ) é a unidade orgânica que no âmbito do Turismo de Portugal, I.P. prossegue as funções de controlo, inspeção e regulação da exploração e prática de jogos de fortuna ou azar em casinos e em salas de bingos (jogos de base territorial), bem como de jogos de fortuna ou azar, de apostas desportivas à cota e de apostas hípicas, mútuas e à cota, quando praticados à distância, através de suportes eletrónicos, informáticos, telemáticos e interativos ou por quaisquer outros meios (jogos e apostas *online*).

Em termos de organização, as funções de controlo, inspeção e regulação da exploração e prática do jogo em Portugal são exercidas conjuntamente:

- Pela Comissão de Jogos, órgão que coordena e superintende a atividade do SRIJ, detendo poderes de controlo, inspeção, regulação e sancionatórios
- Pelo SRIJ, que detém poderes inspetivos e exerce diretamente o controlo, regulação e inspeção da atividade de exploração dos jogos de base territorial e dos jogos e apostas *online*, encontrando-se dotado de autonomia técnica e funcional e poderes de autoridade pública no exercício das suas competências.

Esta organização da área de controlo, regulação e inspeção do jogo permite salvaguardar a necessária independência e autonomia no exercício de tais funções.

Análise por Segmento

a) Jogo de base territorial

Com referência a 31 de dezembro de 2021, relativamente à exploração de jogos de fortuna ou azar em casinos, encontravam-se em exploração 12 casinos: Estoril; Lisboa; Troia; Madeira; Praia da Rocha; Vilamoura; Monte Gordo; Espinho; Figueira da Foz; Póvoa de Varzim, Chaves e São Miguel - Açores, e 1 sala de máquinas automáticas localizada na ilha Terceira – Açores.

Quanto às salas de bingos fora dos casinos, encontravam-se 14 salas de bingo concessionadas, sitas nas seguintes localidades: Setúbal, Amora, Amadora, Coimbra; Almada; Odivelas, Nazaré, Olhão, 2 salas no Porto e 4 salas em Lisboa.

Para além destas salas de jogo do bingo, existe 1 sala em exploração no casino de Espinho.

Devido à situação atual de emergência de saúde pública ocasionada pela epidemia da doença COVID-19, os casinos, sala de máquinas e de bingo fora dos casinos, estiveram obrigatoriamente encerrados durante vários períodos ou abertos com várias restrições, por imposição legal determinada pelo Governo. Como forma mitigadora do impacto negativo decorrente da perda total de receita por parte de vários setores da atividade económica, o Governo adotou uma série de medidas que visaram, para além da salvaguarda da população em geral, também medidas de apoio às empresas, onde se incluíram as empresas concessionárias dos casinos, salas de máquinas e de bingo, consubstanciadas, essencialmente, na manutenção dos postos de trabalho, na suspensão do cumprimento de prestações ao Estado ou na extensão e diferimento dos respetivos prazos.

Em 2021, no âmbito das atividades de fiscalização e inspeção, resultou um controlo de volume de jogo na ordem dos € 768.769.494,50, correspondendo € 755.392.332,50 ao volume do jogo praticado em casinos, e € 13.377.162,00 ao volume de jogo praticado nas salas de jogo do bingo fora dos casinos, que gerou uma receita bruta de € 148.709.690,70, correspondendo € 144.027.684,02 aos casinos, e € 4.682.006,68 às salas de jogo do bingo.

O SRIJ, enquanto entidade liquidadora de impostos e contrapartidas aplicáveis em matéria de jogo, foi responsável pela fiscalização de € 60.948.066,93, dos quais, nos termos legais, foram entregues diretamente nos cofres do Estado: € 9.984.458,53, ao Fundo de Fomento Cultural: € 1.055.662,85, à Câmara Municipal da Figueira da Foz: € 40.245,84, à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim: € 192.726,90, à Infratróia: € 434.156,11 e às Misericórdias locais: € 76.808,23, relativos a importâncias ou fichas encontradas no chão, deixadas sobre as mesas, ou abandonadas no decurso da partida, e cujo dono não seja possível determinar.

O remanescente, no valor de € 49.164.008,46, é entregue ao Turismo de Portugal, I.P. do qual, nos termos legais, constitui receita própria o montante de €

28.251.424,07, e o restante, no montante de € 20.912.584,39, constitui receita consignada, cuja afetação é feita da seguinte forma:

(Euros)

Receita do Turismo de Portugal, I.P. consignada - 2021	
Obras de interesse para o Turismo	10 344 564,92
Finalidades de interesse turístico	5 014 368,26
Ações de formação turística	2 395 091,92
Instituto Português do Desporto e Juventude	143 788,18
Entidades Regionais de Turismo	595 047,42
Subsídios a entidades de relevância social	972 795,87
Requalificação ambiental (AMAT)	168 483,22
Misericórdias Locais	96 102,21
Fundo dos Pagadores de Banca	1 182 342,40
TOTAL	20 912 584,39

Nota: De referir que do montante de € 49.164.008,46, que é entregue ao Turismo de Portugal, I.P, não foi efetivamente rececionado o valor de € 1.337.735,54, correspondente aos pagamentos dos bingos e destinados a "Outras entidades do sector público" do qual constitui receita própria, o valor de € 598.890,27, sendo que o remanescente é consignado ao Instituto Português do Desporto e Juventude no montante de € 143.788,18, e às Entidades Regionais de Turismo no montante de € 595.047,42, na medida em que, decorrente das medidas mitigadoras do impacto negativo da perda total de receita decorrente da situação de pandemia Covid-19, se aguarda decisão por parte da tutela, sobre a suspensão do cumprimento da referida obrigação legal.

b) Jogo online

Durante o ano de 2021 a Comissão de Jogos emitiu mais uma licença para a exploração de Jogos de Fortuna ou Azar.

Para além destas, e de entre as muitas atividades desenvolvida pelo Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos, pela sua relevância realçam-se as seguintes:

Criação do "Manual de Boas Práticas à Publicidade de Jogos e Apostas", aprovado com os contributos das empresas que exploram em Portugal jogos e apostas, online e de base territorial, e das associações representativas do setor. Este Manual, que teve como objetivo principal harmonizar princípios e regras de conduta a que deve obedecer a atividade publicitária do jogo, definindo orientações – nomeadamente, quanto aos conteúdos que devem ser evitados e os que devem constar das mensagens publicitárias, os horários de difusão da publicidade na televisão e na rádio e as restrições à publicidade nos diferentes suportes em que esta que se pode apresentar.

No âmbito da sua atividade de monitorização e controlo permanente do mercado do jogo online, o SRIJ continuou as notificações aos prestadores intermediários de

serviços em rede para o bloqueio de sítios na internet de operadores ilegais de jogo num total de 840 sítios na internet notificados para bloqueio desde o início da atividade do jogo online em mercado regulado. Simultaneamente manteve-se a ação de sensibilização desenvolvido junto das principais plataformas de partilha de conteúdos audiovisuais no sentido da eliminação da promoção a operadores de jogo online não licenciados em Portugal.

Participação na segunda e terceira reuniões do Comité de Acompanhamento da Convenção de Macolin relativa à prevenção do match fixing em eventos desportivos, organizada pelo Conselho da Europa e realizadas, respetivamente, em 23 - 24 de junho e 11 - 12 de outubro de 2021.

Deu-se continuidade ao projeto conjunto com a Information Management School da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito da iniciativa *Data Science* da FCT, num projeto com o objetivo de utilizar software de inteligência artificial para mapear padrões na atividade de jogo *online* e de identificar ativamente a atividade ligada ao jogo aditivo. Foi possível durante este ano desenvolver um protótipo inicial para a aplicação que se encontrava na fase inicial de teste à solução.

Obtenção da confirmação, por mais um ano, da certificação ISO 27001:2013, acreditada pelo IPAC, com especial incidência nas atividades relacionadas com a Gestão do Sistema de Monitorização do Jogo de Base Territorial e *Online* do SRIJ, sendo desta forma reconhecido o rigor do sistema de controlo da atividade de exploração e prática do jogo do Sistema de Gestão da Segurança de Informação (SGSI) do Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos do Turismo de Portugal, I.P..

A atividade de jogos e apostas online gerou, em 2021, cerca de 504 milhões de euros de receita bruta, sendo que 252,1 milhões de euros foram da responsabilidade das entidades exploradoras de apostas desportivas à cota e 251,9 milhões de euros das entidades exploradoras de jogos de fortuna ou azar.

Em consequência a atividade de jogo online foram liquidados, em sede de IEJO, 176 372 502,70€, tendo sido distribuídos 173 226 760,04€ correspondentes a onze meses daquele imposto de 2021 (janeiro a novembro) no valor de 158 141 127,34€ e de 15 085 632,70€ de IEJO do mês de dezembro de 2020, também cobrado em 2021. A este valor acresce ainda o imposto liquidado sobre apostas em modalidades desportivas que não têm Federação com U.P.D. em Portugal, no total de 192

886,09€, o qual se encontra retido, por determinação da SET, até ser fixado o beneficiário legal dessas verbas.

Relativamente à sua distribuição os destinatários, de acordo com o DL n.º 66/2015, de 29 de abril, foram:

(Euros)

Distribuição do IEJO em 2021	
Região Autónoma da Madeira	1 992 464,15€
Região Autónoma dos Açores	1 902 643,37€
Federações Desportivas, Liga de Futebol e Comité Olímpico de Portugal	41 790 537,59€
Estado	8 637 271,48€
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	19 199 548,95€
Ministério da Administração Interna	2 093 769,75€
Ministério da Educação	8 255 206,70€
Ministério da Saúde	9 326 527,34€
<i>dos quais para o SICAD</i>	275 688,13€
Turismo de Portugal, I.P.	79 107 463,12€
Fundo de Fomento Cultural	921 327,59€

Para a execução das suas atividades, no cumprimento da sua missão, o SRIJ contava, no final do ano 2021, com 106 Recursos Humanos e gastou, naquele ano, 6 127 773,52 € em gastos diretos (valor eventualmente a ser corrigido após encerramento da conta de gerência), conforme se ilustra nos quadros seguintes:

	Dirigente	Inspetor	Técnico Superior	Assistente Técnico	Técnico de Informática	Total Geral
SRIJ	1		1			2
SRIJ/DERJ	1	7	1			9
SRIJ/DGPJ	1	4				5
SRIJ/DJOL	1	4	4			9
SRIJ/DPCJ	1	63	2	8		74
AIJCentro		11				11
AIJLisboa		14				14
AIJNorte		12	1			13
AIJSul		12				12
Póvoa St. ^a Iria		7		6		13
Sede		7	1	2		10
SRIJ/DGPJ - EMEITJ			2		2	4
SRIJ/DPCJ - EMPIJ		3				3
Total Geral	5	81	10	8	2	106

(Euros)

DESCRIÇÃO	2021
<i>Remunerações certas e permanentes e abonos variáveis ou eventuais</i>	4 206 552,29 €
<i>Segurança social</i>	893 030,69 €
<i>Aquisição de bens e serviços</i>	327 986,69 €
<i>Transferências ASAE</i>	232 472,85 €
<i>Universidade do Minho</i>	17 700,00 €
<i>Investimentos</i>	396 631,00 €
<i>Pagamento Serviços IRN</i>	3 000,00 €
<i>Pagamento GREF</i>	400,00 €
<i>Transferência SGME</i>	50 000,00 €
TOTAL	6 127 773,52 €